



LUZES OCULTAS – JOGO POLÍTICO LOCAL E A CONCORRÊNCIA ENTRE EMPRESAS DO SETOR ELÉTRICO: O CASO DE PEDERNEIRAS-SP (1928-1968)

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.4204

Roberval Francisco de Lima, UFSCAR

Resumo

Apesar ser um importante ramo da atividade econômica brasileira e, de ter contribuído de maneira expressiva para o desenvolvimento econômico social e tecnológico do país, algumas histórias sobre o processo de estruturação do setor elétrico brasileiro precisam ser melhor contadas. Com este objetivo, neste trabalho apresento o caso de três municípios do interior paulista que no começo do século passado estruturaram suas políticas municipais de iluminação pública e suprimento de energia elétrica a partir da inserção da concorrência entre empresas locais de geração e comercialização de energia elétrica e grupos internacionais que atuavam no setor. Elaborado a partir de uma pesquisa de doutorado em andamento e metodologicamente estruturado com base numa revisão bibliográfica integrada ao estudo de casos; pesquisa documental; entrevistas e localização de ruínas, a discussão realizada ao longo do trabalho aponta a estrutura das similaridades e diferenças entre os casos estudados, bem como a existência de uma dinâmica política pouco conhecida, mas muito forte e presente nos três municípios pesquisados. Das análises e discussões apresentadas ao longo do trabalho, conclui-se que enquanto limitada à esfera de atuação dos atores políticos locais, a concorrência entre nacionais e grupos internacionais existiu. No entanto, sua extinção se dá quando atores políticos de âmbito estadual e federal se inserem nos processos decisórios e minimizam o escopo de atuação dos políticos municipais.

Palavras Chave:

políticas locais; energia elétrica; enfrentamento; concorrência.

Introdução

Em agosto de 1966, uma reunião ocorrida no Palácio dos Bandeirantes encerrou um embate político de anos envolvendo a Empresa Força e Luz de Pederneiras Ltda-EFLP e representantes do empresariado e lideranças políticas daquele município que, desde 1951 se opunham a permanência da referida empresa como principal fornecedora dos serviços de eletricidade aos consumidores locais. Além do governador Laudo Natel, participaram da reunião o prefeito municipal de Pederneiras, Michel Neme; os vereadores Aluizio Florenzano; Genésio Martini e Alexandre Copêde; os deputados estaduais Francisco Franco e Israel Dias Novais; o diretor do Departamento de Águas e Energia-DAEE; da Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo-CHERP (posteriormente transformada em Companhia Energética de São Paulo-CESP); o presidente da EFLP, Sebastião Florêncio Pereira; representantes da Associação Comercial Industrial e Agrícola de Pederneiras e o advogado Jayme Cestari. Este último discursou a favor da encampação da EFLP pela CESP, como estratégia viável para solução do problema da energia elétrica no município (FOLHA DE PEDERNEIRAS, 1966; ESTADÃO, 1966). Desde os anos 1950 lideranças políticas locais questionavam a eficiência da EFLP na oferta da eletricidade ao município. Mesmo sem renovação formal, o contrato firmado com a municipalidade em 1929 e expirado em 49 permanecera em vigência nos anos subsequentes. Com o mesmo parque gerador desde sua inauguração, a EFLP não conseguiu atender o crescimento da demanda por eletricidade na localidade, fato que fortaleceu os argumentos de líderes locais que lhe faziam oposição. Recém empossado no cargo, Laudo Natel, eleito numa época em que titulares e vices dos

cargos de chefia do executivo concorriam independentes, saíra da condição de vice para titular como governador do Estado de São Paulo numa estratégia elaborada por Castelo Branco como forma de conter o possível avanço da aceitação de Adhemar de Barros¹ numa possível disputada à presidência (STEPAN, 1975: 157-159); (SOARES, 1994; 2001). Eleito governador de São Paulo pelo Partido Social Progressista-PSP no pleito de 1962, apesar de ter apoiado o golpe, ao visualizar a tentativa dos militares de manterem-se no poder, Adhemar se indispsôs politicamente com o governo de Castelo, e seus direitos políticos foram cassados em 1966. Eleito vice-governador pelo Partido Republicano-PR, a posse de Laudo Natel ao governo paulista dá se num cenário de restrições democráticas e insegurança institucional. Como desfecho da citada reunião, o então governador atendendo ao Decreto Federal N° 51.789, de março de 1963 (emitido por João Goulart) e Decreto Estadual N°46.400, de junho de 1966, emitido por Adhemar de Barros, autoriza a encampação da EFLP pela CESP. Esta última, torna-se então responsável pelo fornecimento de energia elétrica ao município, dado que sua rede de distribuição já estava instalada em territórios da municipalidade, cabendo apenas a sua conexão com a rede geral de comercialização de energia até então pertencente à EFLP. No entanto, conforme demonstram o Decreto Federal N°60.054 de janeiro de 1967 (Castelo Branco) e Decreto Estadual N° 47.930 de abril de 1967, efetivamente a encampação da referida empresa só ocorreria no governo de Abreu Sodré.

Objetivos

Estruturado a partir de um estudo de caso, neste trabalho procuro compreender como uma questão política local ligada ao fornecimento de energia elétrica a um pequeno município do

¹ Tanto Adhemar de Barros como Laudo Natel são originários de São Manuel-SP, cidade que fica

aproximadamente a 65 km de Pederneiras, embora Adhemar tenha nascido em Piracicaba-SP.

interior paulista em finais da década de vinte do século passado conseguiu inserir competição entre empresas num setor reconhecidamente tido como de monopólio natural; e como esta competição entre empresas foi sustentada pelo jogo político local a ponto de durar 39 anos, demandando a intervenção direta do Governador do Estado para sua resolução. Apesar do reconhecimento da importância dos elementos econômicos internacionais, nacionais e locais (1ª e 2ª guerras; crise de 1929 e seus impactos na economia cafeeira) diretamente relacionados ao caso estudado, minha principal hipótese explicativa vincula-se mais a configuração das disputas locais pelo poder político, que a partir da assimetria de poder entre diferentes atores e lideranças políticas locais, produziu cenários favoráveis tanto para a inserção da concorrência entre empresas distintas, quanto para sua duração e posterior declínio, dado que esta competição “entre empresas” perpassou diferentes contextos político, econômicos e sociais no período de 1927-1968. Muitos trabalhos e pesquisas foram e são realizadas sobre a dinâmica histórica e mesmo estruturação do setor elétrico brasileiro, no entanto, são escassos aqueles que tratam do tema no âmbito de suas disputas políticas locais envolvendo interfaces entre atores políticos locais e outros de âmbito nacionais e internacionais. Dentre estes destacamos Lamarão (1997) e (2002), Iannone (2006); Magalhães (2000) e Lima e Souza (2017). Num país com 5.570 municípios onde em pleno século XXI ainda predominam aqueles de pequeno porte (IBGE, 2017), compreender melhor a estrutura e dinâmica das forças políticas locais no âmbito do fornecimento dos serviços públicos de eletricidade, sem dúvida é um bom exercício para aqueles analistas que buscam superar perspectivas descritivas da história.

Materiais e método

Metodologicamente orientado pelo institucionalismo histórico e pautado

pela revisão bibliográfica de autores da teoria política brasileira, a seleção do caso de Pederneiras deve-se a possibilidade de prosseguimento das análises já realizadas por Lima e Souza (2017). No entanto, enquanto naquele trabalho os autores estavam preocupados em demonstrar empiricamente que sob influência do jogo político local, até mesmo a ocorrência de competição entre monopólios naturais foi algo viável no interior paulista, neste texto apresento elementos do jogo político local que no caso estudado, permitem melhor compreender a inserção e duração da competição entre uma empresa local frente um grupo internacional na oferta de energia elétrica ao município estudado como resultado de disputadas políticas travadas ao longo de quatro décadas. Dentre os municípios paulistas onde sabe-se que existiu concorrência entre empresas locais e internacionais no fornecimento de energia (São Paulo, Botucatu, Dois Córregos e Pederneiras), selecionou-se Pederneiras devido a existência de um acervo significativo de documentos do início do século passado devidamente conservados e disponíveis para consulta em ambiente físico e digital; da autorização e apoio da prefeitura municipal para realização da pesquisa; disponibilidade de interlocutores junto ao empresariado e lideranças políticas locais que aceitaram contribuir para o cotejamento das informações sobre o caso estudado e, da existência de dois octogenários que participaram ativamente do processo político local quando da encampação da EFLP pela CESP em 1966 relatada na abertura do texto, e que aceitaram conceder entrevistas para realização deste trabalho. Apesar de indiretamente relacionado ao caso estudado, o diálogo via e-mail e disponibilização de documentos de arquivos pessoais por parte de uma neta do criador da CPFL também contribuíram para o entendimento do cenário inicial da pesquisa.

Os Antecedentes da Concorrência no Setor Elétrico do Interior Paulista

Serviços de eletricidade, saneamento, segurança pública e transportes coletivos no jargão da economia são tradicionais exemplos de monopólios naturais cuja rentabilidade do prestador e manutenção de sua capacidade de expansão dos serviços depende diretamente da não existência de concorrentes. Em outras palavras, na região onde um prestador de serviços desenvolve suas atividades (eletricidade por exemplo), não é desejável existir outra empresa ofertando o mesmo tipo de serviço, pois o lucro de ambas ficaria comprometido, e estas deixariam de fazer os investimentos necessários para expansão dos serviços previstos em contrato firmados com o poder público (LIMA e SOUZA, 2017), (VARGAS, 2005). Este princípio em fins do século XIX e começo do século XX orientou a relação do Estado do São Paulo e da capital paulista quando da concessão das exclusividades para empresas que atuavam no transporte fluvial, ferroviário e fornecimento de eletricidade, cabendo via contrato firmado com os governos da época, o direito exclusivo para que somente a empresa selecionada ou autorizada pelo governo, pudesse explorar em região previamente determinada e juridicamente demarcada (no interior e na capital), a atividade econômica ligada ao monopólio natural (Matos, 1990); Braga e Neto (1999). Assim como ocorria com a navegação e transporte ferroviário, no interior paulista do começo do século passado, as empresas que forneciam energia elétrica para os municípios também detinham o mesmo direito contratual (LIMA e SOUZA, 2017), (MAGALHÃES, 2000) (IANNONE, 2006).

Segundo Lamarão (2002) para se entender a presença do capital internacional na oferta de serviços de infraestrutura no Brasil, deve-se

considerar a elevada disponibilidade de recursos junto aos países centrais até a primeira guerra mundial, associada a baixa rentabilidade das taxas de juros então vigentes naquelas economias. Visualizando possibilidades de maiores retornos, investidores internacionais passaram a aplicar parte de seus recursos na compra de títulos de dívida pública de países latinoamericanos; aquisições de unidades produtivas e criação de infraestruturas para oferta de serviços básicos nestes países (LAMARÃO, 2002). Para o autor, desde fins do século XIX o crescimento econômico latinoamericano atrelado aos investimentos externos permitiu a expansão da capacidade produtiva da América Latina, e, como esses investimentos ampliaram o volume de exportações da região, a manutenção desta capacidade produtiva passou a demandar maiores investimentos em serviços de infra-estrutura, dentre eles, a geração de energia elétrica.

Em termos gerais, antes do uso da energia elétrica para iluminação pública, a tecnologia da iluminação a gás era predominante na capital paulista e fluminense (IANNONE, 2006) e (MAGALHÃES, 2006). Empresas nacionais de iluminação e transporte público que já atuavam nas respectivas cidades distribuía-se por regiões específicas das áreas urbanas, não necessariamente competindo entre si, dados os limitados escopos de atuação e baixa capacidade de expansão de seus empreendimentos. Com a chegada da São Paulo Tramway, Light and Power Company-LIGHT na capital paulista em 1900, estrategicamente esta vai aos poucos adquirindo empresas nacionais que atuavam nos setores de iluminação e transportes públicos, já lançando as bases para modernização dos sistemas, via adoção da eletricidade tanto para tracionar seus bondes quanto para ofertar iluminação pública (IANNONE, 2006) e (MAGALHÃES, 2006). Segundo Iannone,(2006), em São Paulo foram várias as disputas jurídicas envolvendo

grupos contrários à LIGTH, no entanto, esta soube inserir-se no meio político municipal e estadual, conquistando o apoio necessário para expansão de suas atividades, chegando ao final dos anos 20, com o monopólio de fato e não de direito, do transporte e iluminação pública na capital paulista, dado que uma lei municipal permitia a concorrência entre diferentes empresas nos setores. Como destaca o autor, ocorria que na capital paulista não havia empresa com capacidade de fazer concorrência junto à Ligth. No entanto, quando o grupo Ligth passou a atuar Rio de Janeiro enfrentou situação mais adversa. Apesar de empregar estratégias semelhantes ao caso paulista, estas surtiram menor efeito no caso carioca devido dois fatores distintos. O primeiro, deve-se ao fato de encontrarem no Rio, um grupo empresarial brasileiro que foi capaz de fazer-lhe oposição nos negócios e na política. Com uma atuação diversificada, Guinle e Cia também possuíam concessão de serviços de eletricidade e transporte em grandes cidades do nordeste brasileiro, além de serem responsáveis pela Cia Docas de Armazens Gerais no Porto de Santos (LAMARÃO, 2002). Para poder concorrer com a Ligth na oferta dos serviços eletricidade no Rio de Janeiro, Guinle e Cia além de constituírem empresas para atuar no setor elétrico do Rio de Janeiro, valeram-se principalmente do prestígio que gozavam junto à classe política brasileira, o que nos remete ao segundo fator. Como capital federal, a cidade do Rio de Janeiro possuía duas arenas decisórias importantes sobre assuntos ligados aos serviços de utilidade pública. Se de um lado cabia ao governo federal legislar sobre o distrito federal (Rio de Janeiro), inclusive nomeando seus prefeitos, de outro, o município passou a tomar para si, as decisões acerca das questões envolvendo a eletricidade. Não compartilhando posicionamentos comuns, prefeitura e governo federal alternavam suas decisões sobre o tema eletricidade, e ora favoreciam a Ligth, ora

favoreciam o grupo de Guinle (LAMARÃO, 2002). A experiência adquirida com o caso paulista facilitou o posicionamento estratégico da Ligth. Enquanto aguardavam um posicionamento da justiça sobre a possibilidade ou não da concorrência entre empresas no fornecimento de energia elétrica à capital brasileira, esta por meio da compra de empresas que já atuavam no fornecimento de transportes e iluminação pública no Rio de Janeiro, expandiu sua rede de postes e fiação para distribuição de energia na maior parte de todos os territórios da cidade. Quando finalmente a questão da concorrência fora definida pela justiça, Guinle encontrava-se numa situação desvantajosa para uma possível concorrência, pois a Ligth já possuía uma estrutura montada para iluminação de boa parte da área urbana da cidade do Rio de Janeiro.

O surgimento da CPFL e sua aquisição pela AMFORP

Se nas duas capitais do Sudeste as disputas pelos consumidores de energia eram acirradas desde o começo do século passado, o mesmo não se pode dizer do interior. Como muitos municípios paulistas ainda não eram atendidos pelos serviços de eletricidade, em 1912 surge a CPFL, uma empresa de capital nacional criada por Manfredo Antonio da Costa e sócios, que ao longo das duas primeiras décadas do século passado assinara contratos de concessão para o fornecimento de energia elétrica com diversos municípios no interior paulista, dentre estes Agudos, Botucatu; Dois Córregos; Jaú; Pederneiras e São Manuel (LIMA e SOUZA, 2017) (CPFL/MEMORIA, 2017). Quando de sua venda para o capital internacional em 1927, a CPFL já era pioneira na atuação integrada e a energia produzida pelas hidrelétricas que possuía, era conduzida por sua rede distribuidora que cobria todos os municípios onde detinha concessão. Original do Rio de Janeiro, o fundador da CPFL (Manfredo Antonio da

Costa) inseriu-se no interior paulista enquanto engenheiro que prestava serviços para as ferrovias. Quanto ao seu envolvimento com o setor elétrico, inicialmente ele foi parceiro comercial, depois sócio e proprietário de uma empresa de importação de materiais elétricos e equipamentos para construção de hidrelétricas (IANNONE, 2006) (MORAES, 2015) CPFL/MEMÓRIA (2017). Sob sua gestão, compreende-se a interiorização da CPFL devido a existência de grandes grupos internacionais já citados que possuíam o monopólios no fornecimento de energia elétrica nas duas principais cidades do sudeste brasileiro, Rio de Janeiro e São Paulo. Com a entrada de Manfredo Antonio da Costa para o universo da política² e importação de equipamentos elétricos, a CPFL foi vendida a American & Foreign Power-AMFORP em 1927. Originalmente criada como subsidiária da General Elétric-GE, é importante destacar que o grupo American & Foreign Power-AMFORP, que adquire a CPFL em 1927 e assume a responsabilidade sobre o contrato de fornecimento de energia elétrica para Pederneiras-SP, também possuía investimentos em várias cidades de diferentes Estados da região sudeste, norte e sul do país Lima e Souza (2017), CPFL/MEMÓRIA (2017), (PAIVA et al, S/D/MUEUDAENERGIA) (IANNONE, 2006).

A Energia Elétrica em Pederneiras

Localizada a 220 kms da capital paulista, Pederneiras atualmente possui cerca de 48 mil habitantes. Nos anos 20, o município era um importante núcleo fornecedor de gêneros agrícolas, madeira e material de construção (telhas, tijolos, pisos) para diversas regiões brasileiras, dado que os ramais de acesso as duas ferrovias (Sorocabana e Paulista) que lhe contornavam facilitava a escoação desta produção, inclusive para regiões onde as

ferrovias se expandiam. Desde 1910 o serviço de energia elétrica no município era ofertado pela CPFL (LIMA e SOUZA, 2017). No ano em que os americanos compram a CPFL (1927), estava para vencer o contrato de concessão desta com o referido município e a empresa encontrava-se numa situação desconfortável naquela localidade. Segundo jornais da época, a inadimplência da prefeitura com a fornecedora de energia se arrastava a alguns anos e os debates acerca da possibilidade de renovação do referido contrato entre as partes era acalorado, assim como aquele relacionado ao pagamento da dívida da prefeitura junto a empresa (A Comarca de Pederneiras, 1926-1931). Quando do anúncio da criação da EFLP por parte fazendeiros e lideranças locais em 1927, os conflitos entre líderes locais e CPFL se intensificaram, polarizando opiniões favoráveis e contrárias à renovação do contrato com CPFL. Esta última, ciente da possibilidade de a concorrente ser contratada, propôs o perdão da dívida da prefeitura, caso seu contrato fosse renovado (A Comarca de Pederneiras, 1926-1931). Reportagens não assinadas e veiculadas pelos jornais locais sem fazer menção aos nomes dos vereadores, demonstravam que no âmbito da câmara municipal, os 06 vereadores dividiam-se entre 03 favoráveis a CPFL e contrários a contratação da EFLP, e 03 favoráveis a contratação da EFLP e contrários a CPFL. Refletindo o contexto político estadual, as disputas políticas que perpassaram o município em 1927-1929 e influenciaram no pleito para prefeito em 1928 reproduziram no município, a cisão entre membros do Partido Republicano Paulista-PRP em âmbito estadual, fato que culminou com a criação de um diretório do Partido Democrático-PD no município. Tradicionalmente mais conservador e aglutinador de forças políticas ligadas aos proprietários rurais

² Eleito Deputado Estadual pelo Partido Constitucionalista, participou da elaboração da Constituição Paulista de 1935.

QUADRO 01. Lista com os 13 sócios fundadores da EFLP (1927)

NOME	ATUAÇÃO
Antonio Florêncio Pereira	Proprietário rural, cafeicultor e pecuarista
Mario de Barros Camargo	Proprietário rural
José Razuk e Irmão	
José Augusto de Carvalho	Proprietário rural
Antônio Ferraz Prado	
Dário Beltramini	Proprietário de fábrica de gelo e maquinas de beneficiar arroz.
Francisco Razuk e Irmãos	Proprietário Cerâmica e comércio
Attilio De Conti	Proprietário de serrarias e maquinas de beneficiar arroz
José Comegno	
Josino Florêncio Pereira	Proprietário rural, cafeicultor e pecuarista
Pedro Copedê	Proprietário cerâmica
Pedro da Costa Sampaio	
Michel Neme e Cia	Proprietário rural, cafeicultor, pecuarista, proprietário de olarias e cerâmicas, além de comerciante local.

Fonte: elaborado pelo autor a partir do Estatuto Social de Criação da EFLP, jornais locais, PMP (2017) e CPFL/MEMORIA (2017).

que apoiavam a candidatura de Júlio Prestes à Presidência da República (FGV/CPDOC), para reduzir o conflito interno ao PRP e evitar o fortalecimento do PD no município (partido que apoiou a candidatura de Vargas em 1930), em fevereiro de 1928 uma convenção regional realizada em Jaú-SP estabeleceu a nova diretoria municipal do PRP em Pederneiras que passou a ser composta pelas lideranças de: Antonio Florêncio Pereira; Décio Pereira; Amaro José Veríssimo; Fausto Furlani; Olynto Fraga

Moreira; Serafim Ferreira dos Santos;

Sebastião Braga; Isaac Ramos Nogueira dos Santos; Joaquim da Cunha Fontenelle e Virgílio Monteiro dos Santos (A Comarca, 1928). Essas considerações são importantes porque ao compara-la com a lista dos 13 sócios fundadores da EFLP, listados no Quadro 01 adiante, notamos que na liderança do PRP estava justamente o sócio majoritário da EFLP, Antonio Florêncio Pereira (A Comarca, 1928).

Além de ser o maior investidor da EFLP, a instalação do parque gerador da EFLP deu-se na foz do rio Bauru, em terras da fazenda de Antonio Florêncio Pereira, um importante líder do PRP local. Ao considerar o preâmbulo da disputa envolvendo o fornecimento de energia elétrica no município e a dinâmica envolvendo os membros da câmara municipal na legislatura de 1926-1928, nota-se uma ação estratégica onde parte dos 06 vereadores eleitos para a legislatura 1926-1928 são substituídos por meio de cassação. Na sequência, também ocorre o incremento de novos membros no legislativo local a partir da instalação da comarca no município em 1928 (PMP, 2017). No final, este processo culmina numa composição onde ao menos 04 vereadores da câmara municipal eram membros da diretoria do PRP, sendo um deles inclusive eleito prefeito (Sebastião Braga). Seus nomes seguem adiante: Serafim Ferreira dos Santos; Sebastião Braga; Fausto Furlani e Amaro José Veríssimo. Para a legislatura 1929-1932, novamente foram re-eleitos 03 membros do PRP: Serafim Ferreira dos Santos; Sebastião Braga e Amaro José Veríssimo, e eleito também pelo PRP, Joaquim da Cunha Fontenelle (PMP, 2017). Nomeado prefeito pela câmara municipal, Serafim Ferreira dos Santos assina o contrato coma EFLP em 1929. Diante deste cenário, mesmo desconhecendo o vínculo partidário dos demais membros da câmara de vereadores, como o embate entre favoráveis e contrários à contratação da

EFLP terminou com a contratação da mesma, intencionalmente a composição final da câmara dos vereadores terminou sendo favorável ao grupo vinculado ao PRP e EFLP que provavelmente conduziu o debate direcionando-o para a efetiva contratação da EFLP. Os quadros a seguir sintetizam as informações apresentadas.

Quadro 02: Legislatura Câmara Municipal de Pederneiras -SP (1926-1928)

ELEITOS 1926-1928	SUBSTITUÍDOS E CASSADOS EM 1927/28
1. José Vicente Arantes	Serafim Ferreira dos Santos por Damazo Rodrigues de Moraes;
2. Alfredo Mendes da Rosa	Domingos de Biase por e Joaquim Luiz Nunes.
3. Serafim Ferreira dos Santos	Sebastião Braga por Fausto Furlani.
4. Messias Ribeiro de Barros	Messias Ribeiro de Barros, que foi substituído por Amaro José Veríssimo
5. Domingos de Biase	
6. Sebastião Braga	
INSERIDOS COM A INAUGURAÇÃO DA COMARCA	COMPOSIÇÃO FINAL
Serafim Ferreira dos Santos e Domingos de Biase	1. José Vicente Arantes 2. Alfredo Mendes da Rosa 3. Serafim Ferreira dos Santos 4. Domingos de Biase 5. Sebastião Braga 6. Amaro José veríssimo 7. Fausto Furlani 8. Damazo Rodrigues de Moraes;

Fonte: elaborado pelo autor a partir de jornais locais e PMP (2017).

Quadro 03: Legislatura Câmara Municipal de Pederneiras-SP (1929-1932)

TOTAL ELEITOS LEGISLATURA 1929-1932	
1. Joaquim da Cunha Fontenelle	5. Alfredo Mendes da Rosa
2. Serafim Ferreira dos Santos	6. Izidro de Toledo
3. José Vicente Arantes	7. Sebastião Braga
4. Amaro José Veríssimo	8. Mario Flores.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de jornais locais e PMP (2017).

Uma possibilidade explicativa para o sucesso do grupo ligado ao PRP e EFLP pode ser encontrada em Leal (1993) em sua clássica abordagem sobre o fenômeno coronelismo e sua capacidade de influenciar decisivamente nas eleições locais, bem como no trabalho de Limongi (2015) que trata da questão da competição política no âmbito da produção de eleitores e seu respectivo direcionamento para votar segundo orientações de quem os produziu. Assim, em fins do século XIX e começo do século XX quando do início da campanha para instituição da comarca em Pederneiras, fato que permitiria maior autonomia administrativa e jurídica ao município, líderes locais a favor da comarca falavam de já possuírem 250 eleitores alistados, e tratavam de terem mais outros 250 eleitores para serem alistados (A Comarca, 1926). Em termos quantitativos para melhor entender a estrutura fundiária do Brasil e do poder local nos anos quarenta, portanto poucos anos após os fatos narrados, Leal (1993:28-29) usa como referência para classificação das superpropriedades latifundiárias, base de sustentação dos coronéis, a extensão de 1.000 hectares pra mais. Como Antonio Florêncio Pereira, sócio majoritário da EFLP era membro de uma família de cafeicultores e segundo jornais da época possuía 2.400 alqueires

de terra (equivalente a 5.808 hectares), mesmo não dispondo do número exato de eleitores que existiam em Pederneiras na época, pode-se compreender que apesar não ter disputado diretamente eleições no período estudado, Antonio Florêncio Pereira provavelmente foi capaz de mobilizar grande parte do eleitorado rural de suas propriedades para que votassem em seus apadrinhados nos pleitos realizados. Isso nos permite entender a inserção dos candidatos no PRP nas eleições municipais tratadas anteriormente. Por outro lado, a crise de 1929 trouxe impactos significativos para a economia cafeeira paulista, e possivelmente aquela que não seria a atividade principal do grupo de empresários acima listados (geração e comércio de eletricidade) pode ter sido ao menos no período estudado (1928-1966), a base da manutenção de seu prestígio político e econômico na esfera local, o que justificaria a não venda da EFLP para a CPFL, que após 1935, retomou a política de aquisição de empresas de eletricidade no interior paulista CPFL/MEMORIA (2017). Assim, interpretado a luz da teoria dos retornos crescentes de Paul Pierson (2000; 2004), com a assinatura do contrato de concessão entre EFLP e a prefeitura municipal em 1929, durante vinte anos (vigência do contrato) o grupo ligado ao PRP local e EFLP gozaria do benefício de terem uma atividade econômica passível de lhes garantir retornos crescente em termos políticos e econômicos. Como o contrato assinado não previa a exclusividade da EFLP como fornecedora de energia ao município, este fato permitiu a co-existência e concorrência das duas empresas (EFLP e CPFL) como relata reportagem do Correio Paulistano de 17 de maio de 1936, que destaca a estratégia de redução da tarifa, empregada pela CPFL para conquistar clientes em Pederneiras. Embora a CPFL tenha ficado com a maioria dos consumidores industriais no município, segundo relatos dos usuários locais, mesmo com as duas empresas fornecendo energia, era precário

o serviço de eletricidade no município, o que obrigava os usuários dos serviços a manterem duas conexões, uma com a EFLP, outra com a CPFL (LIMA e SOUZA, 2017) (REGHINI, 1995).

O Jogo Político em Pederneiras na Era Vargas (1930-1945)

A partir da chegada de Vargas ao poder e com a oposição paulista ao Governo Provisório, este último por meio das Interventorias Estaduais passou a nomear líderes de sua confiança para assumirem a chefia das prefeituras e em Pederneiras isso não foi diferente. No entanto, se no âmbito estadual PRP e PD se uniram contra Vargas pós 1930 e formaram a Frente Única Paulista, na esfera local entre 1932-1937, estrategicamente dentre os membros do Conselho Consultivo criado por Vargas para substituir as câmaras de vereadores, tem-se a nomeação de Michel Neme, um dos sócios proprietários da EFLP (PMP, 2017). Posteriormente, com a instalação do Estado Novo e extinção dos partidos, dentre eles o PRP, e dos quadros legislativos, os membros do PRP no município de Pederneiras diluíram-se em outros partidos quando da retomada das eleições em 1945. No entanto, importa destacar que ao longo do Estado Novo, dos 06 prefeitos de Pederneiras nomeados com a anuência de G. Vargas, os 03 últimos deles eram parentes dos proprietários ou proprietários da EFLP. Na sequência, com a retomada das eleições para prefeito em 1947, novamente um dos sócios da EFLP é eleito prefeito, via Partido Social Democrático-PSD. Assim, se considerado o período de 1947-1968 e seus respectivos resultados dos pleitos para prefeito, temos um quadro que nos permite afirmar que no município, membros do antigo PRP e do grupo de sócios proprietários da EFLP ao longo do Estado Novo (1937-1945) alinham-se pró governo Vargas, dado o número de interventores que chefiaram o executivo local. Abaixo, o quadro 04 sintetiza essas

informações.

MANDATO	PREFEITO	VINCULOS EFLP/PRP
1938-1940	Mario de Barros Camargo	Sócio EFLP
1944-1945	Gastão do Amaral Carvalho	Filho de José A. Carvalho, sócio EFLP
1946-1946	Valério de Conti	Filho de Atilio de Conti, sócio EFLP
1948-1951	Antonio de Conti-PSD	Filho de Atilio de Conti, sócio EFLP
1952-1955	Afonso Ruiz Romero-PSP	OPOSIÇÃO
1956-1959	Michel Nem-PTB	Sócio EFLP
1960-1963	Antonio Guerrisi-PTN	OPOSIÇÃO
1964-1968	Michel Neme-PTB	Sócio EFLP

Como no período em que líderes políticos ligados a EFLP estiveram a frente da prefeitura outras empresas, fornecedoras de energia (que não a CPFL) foram contratadas pelo município para atender a demanda de três distritos mais afastados da cidade, é provável que a EFLP não tinha capacidade para atender o crescimento da demanda por energia no município. Colabora com essa percepção dois fatos. Em 1948 termo-geradores a diesel foram adquiridos pela empresa e instalados na área urbana do município para ampliar sua capacidade produtiva, no entanto, seu elevado custo operacional

inviabilizava seu constante funcionamento. Em 1950, o governo federal até autoriza a EFLP a explorar o potencial hidrelétrico do Tietê à jusante da Hidrelétrica Lajeado. Mas, com a desistência da EFLP de levar a frente tal empreendimento, no mesmo local onde deveria ser construída sua nova hidrelétrica, posteriormente o governo do Estado instala a hidrelétrica Álvaro de Souza Lima em XXX.

Na sequência pós democratização, no período de 1946-1964 conforme quadro 04, nota-se uma polarização nos pleitos eleitorais no município onde sócios fundadores da EFLP ou seus descendentes disputaram e venceram 03 das 05 eleições municipais filiados ao PSD e PTB. No entanto, se no passado a vinculação ao governo autoritário lhes rendera bons resultados, com a democratização em 1945, o cenário começou a alterar-se. Do ponto de vista exógeno, no âmbito federal Vargas desde 1934 já iniciaram um processo de centralização e re-estruturação de decisões relacionadas aos usos dos recursos hídricos. Em 1951, inicia-se um planejamento que previa grandes investimentos do Estado no setor elétrico como forma de induzir o desenvolvimento industrial e econômico do país. Soma-se ao Código de Águas de 1934, a proposta de criação da ELETROBRAS em 1954, como exemplos das ações implementadas em nível federal com vistas a transformar o setor a partir de uma maior participação direta do Estado na geração, transmissão distribuição e comercialização de energia. No plano estadual, desde o governo de Adhemar de Barros (1947-1951), seguidos por Lucas Garcez (1951-1955), o investimentos em grandes obras de infraestrutura implementaram grandes mudanças na configuração do setor em São Paulo. Com grandes hidrelétricas criadas inicialmente de maneira isolada, aos poucos entre 1950 e 1966 o Estado passa a centralizar suas unidades produtoras e distribuidoras que somavam

11 empresas sob o comando de uma única estatal e ao final deste processo, tem-se a constituição da CESP, cuja linha de distribuição da energia oriunda da unidade produtora de São José de Rio Pardo (CHERP), desde XXX já possuía uma subestação em Pederneiras. Concomitante a este processo, no plano federal com a efetiva criação da Centrais Elétricas Brasileiras-ELETROBRÁS em 1961 no governo de Janio Quadros, já em 1964, no governo militar tem-se a aquisição da CPFL pela ELETROBRAS, que na sequência transfere ao governo paulista, o conjunto de empresas pertencentes à CPFL no estado de São Paulo. Das gestões de Garcez e Adhemar de Barros, surge a proposta de aproveitamento múltiplo do rio Tietê, e construção das respectivas barragens de Barra Bonita (xxx), no município de Barra Bonita - SP vizinho de Pederneiras, e Álvaro de Souza Lima (xxx) em Boraceia-SP, também vizinho da cidade estudada. Esta última foi construída à jusante da EFLP. Com o enchimento de seu lago, além de afetar diretamente 149 proprietários rurais distribuídos em oito municípios³, dois quais 25 proprietários eram de Pederneiras, o alagamento de parte da propriedade de Sebastião Florêncio Pereira (filho do fundador da EFLP) também ocasionaria em 1968, a submersão da estrutura física da EFLP, situada na foz do rio Bauru, afluente do Tietê, à montante da UHE Álvaro de Souza Lima.

Se no âmbito federal e estadual já se havia decretado para um horizonte próximo o fim da EFLP, no âmbito local, com a retomada das eleições para prefeito, seus proprietários passaram a ter que lidar com a oposição política de Afonso Ruiz Romero, eleito pelo PSP de Adhemar de Barros, cujo mandato no município, coincidiu com o de Lucas Garcez no Estado. Além de sócio proprietário do

Banco Nacional Paulista que chegou a atuar em 17 cidades do interior de São Paulo, dentre elas Campinas, Pederneiras (matriz), Botucatu, Bauru e Marília, Romero também possuía empreendimentos no setor agrícola e industrial. Ha época de seu mandato, sua cerâmica (produção de telhas, tijolos, pisos) era a maior indústria instalada no município e empregava um número significativo da população urbana da cidade. Membro do PSP, certamente estava ciente das transformações que seriam implementadas pelo governo do Estado (Lucas Garcez) junto ao setor elétrico. Assim, ao chegar ao poder em 1951-55, Romero tomou medidas para limitar a atuação da EFLP. Em 1952 proíbe o uso de postes de madeira para sustentação da rede elétrica em área urbana do município e seus 03 distritos, obrigando as empresas de energia que fazia uso deste tipo de poste a substituí-lo (PMP, 1952). No entanto, o momento e condições de substituição ficavam condicionados a um parecer favorável do executivo local. Em 1955 contrata a EFLP para estender sua rede de eletricidade para bairros periféricos da cidade, onde já havia inclusive uma rede da CPFL que atendia consumidores industriais (PMP, 1955). Destaca-se que se não atendidas especificidades contratuais firmadas com a prefeitura, multas e penalidades seriam aplicadas à EFLP. Em termos práticos, se esta já não se encontrava em situação econômico financeira favorável, expandir sua rede implicaria em indesejáveis e elevados custos imediatos. Também em 1952 Romero retira da EFLP o fornecimento de energia para movimentação das bombas de água que abasteciam o município e os concede à CPFL (PMS, 1952). Por fim, antes de encerrar seu mandato, Romero concede à CPFL a concessão para fornecimento de energia ao distrito de Vanglória, com a respectiva

³ Barra Bonita; Bariri; Boraceia; Macatuba; Pederneiras; Itapui; Jaú e Igarapu do Tietê, todos num raio de 50 km a partir de Pederneiras.

doação para a mesma empresa, de parte da estrutura já existente para iluminação do referido distrito, antes a cargo de uma empresa contratada por seu antecessor Antonio de Conti-PSD, alinhado à EFLP. Como em 1955 o PTB com a candidatura de Michel Neme, sócio proprietário da EFLP sai vitorioso no pleito que disputou o executivo municipal, provavelmente por não ter a maioria na câmara, as medidas adotadas pelo seu antecessor não puderam ser revistas, mas somente adaptadas. Em seu mandato (1956-1959), Neme conseguiu rever os valores tarifários que seriam praticados pela CPFL no município. Estrategicamente ainda em seu mandato, talvez para evitar que a EFLP fosse convidada a assumir o fornecimento de eletricidade para Guainas, um distante distrito municipal, Michel Neme também conferiu à CPFL a responsabilidade para fornecer eletricidade ao referido distrito. Provavelmente Neme não detinha maioria na câmara e enfrentou os revezes da oposição local ao PTB, pois de 1957 a 1959, dentro de seu mandato, as contas de energia do município junto à EFLP não foram pagas. Esta inadimplência gera o ajuizamento de uma ação por parte da EFLP contra o município. Após o ganho de causa, a dívida fora paga, mas de forma parcelada no mandato do sucessor e opositor político de Neme, Antonio Guerrisi, prefeito entre 1960-1963, eleito pelo Partido Trabalhista Nacional-PTN.

Diante deste cenário de forte oposição, enquanto a hidrelétrica Alvaro de Souza Lima não entrou em operação, os sócios da EFLP tentaram sem resultados vender sua estrutura produtiva e de comercialização para CPFL e CESP. Diante deste insucesso e com a inauguração de uma sub-estação da CESP em Pederneiras em XXx, restava-lhes a alternativa de passarem a atuar na compra em atacado de energia da CESP, para sua comercialização em varejo no município, saída esta adotada pela própria CPFL em diversos municípios paulistas. Mas, como essa alternativa demandava investimentos

para modernização de sua rede distribuidora, esta não foi a solução adotada pela EFLP.

Desfecho

Como vimos ao longo do texto, sem a supremacia política de outrora, enfrentado forte oposição política local, e com seu empreendimento hidrelétrico de restrita capacidade produtiva literalmente com os dias contados dado a estruturação do setor elétrico a partir da forte presença estatal com grandes empreendimentos, o grupo político local originalmente ligado ao antigo PRP, proprietários da EFLP, que em épocas anteriores soubera alinhar-se ao governo de situação, nos anos 60 enfrentam um cenário de adversidades. Apesar de Michel Neme (PTB) estar à frente da prefeitura, no âmbito estadual governava Adhemar de Barros (PSP), partido e liderança que sustentavam sua oposição local, e como sabemos, com planos estratégicos para o setor elétrico que não contemplavam a existência da EFLP. Com o golpe militar e afastamento de Adhemar de Barros do governo do Estado, talvez lhes parecera ser o momento oportuno para negociar a situação da EFLP junto a CESP. Mas, a crise econômica que afetava a região XXX criava uma situação favorável à grupos contrários ao PTB local e a EFLP. Como vimos, com o iminente preenchimento do lago da hidrelétrica Álvaro de Souza Lima terminado em 1969 (CESP, 2017), dentre os 149 proprietários rurais que teriam suas propriedades alagadas pelo barramento do rio Tietê, 25 eram de Pederneiras. Junto a estes, além de Sebastião Pereira (filho de Antonio Florêncio Pereira), estavam também os proprietários rurais; de cerâmicas e olarias de Pederneiras que usavam as jazidas de argila disponíveis em suas propriedades que seriam alagadas. O próprio ex prefeito, banqueiro e proprietário da maior cerâmica no município, Afonso Ruiz Romero, membro do PSP também seria um dos “beneficiados” com as indenizações a serem pagas pelo governo do Estado. Na

prática, todos deveriam ser indenizados pela CESP, considerando tanto o valor venal das áreas alagadas, como das benfeitorias e potencial econômico dos empreendimentos afetados. Como o processo de indenização envolvendo proprietários rurais, de cerâmicas e olarias afetados pela hidrelétrica de Barra Bonita em Barra Bonita - SP em anos anteriores tinham sido controversos e gerado inúmeras ações judiciais (XXX), os proprietários afetados pela hidrelétrica Álvaro de Souza Lima se antecederam e se respaldaram legalmente por meio da assessoria de advogados, dentre eles Jayme Cestari, que posicionava-se nos jornais locais, como defensor dos direitos de seus clientes/ proprietários que tinham suas áreas e empreendimentos afetados pela hidrelétrica Álvaro de Souza Lima (Cestari, XXX). Em termos operacionais, da leitura dos jornais da época, nota-se que eram frequentes as quedas no fornecimento de energia vindas da EFLP e que havia por parte dos usuários, um desejo de uso da energia vendida pela CPFL, agora pertencente ao governo ao Estado de São Paulo. Se por um lado inundar a hidrelétrica Lajeado que sustentava a EFLP em plena operação seria uma opção política pejorativa mesmo dentro das especificidades do governo militar, em termos jurídicos, era desejável sua devida indenização antes do preenchimento do lago da hidrelétrica Álvaro de Souza Lima. No entanto, os respectivos valores apresentados pelos proprietários da EFLPXXX e CESP XXX para tal indenização eram completamente divergentes e inviabilizava qualquer tipo de acordo. Além do mais, para inundar a hidrelétrica do lajeado era necessário já ter assegurado outra fonte de energia ao município, o que ainda não havia ocorrido, pois respeitava-se o contato da municipalidade com a EFLP. Num ambiente onde diversos proprietários que em tese desejavam maximizar os resultados em termos dos valores da indenização que deveriam receber da CESP, a resolução do caso da EFLP era

fundamental, pois a resolução dos conflitos relacionados a divergência de valores apresentados pela EFLP e àqueles aceitos pela CESP, gerariam uma jurisprudência que serviria de referencial dos moldes nos quais as outras indenizações poderiam ser orçadas e negociadas judicialmente entre afetados pela barragem e Estado. Mobilizada pelas lideranças políticas locais, em 1966 a sociedade de Pederneiras organizou três dias de paralisações das atividades produtivas, como manifestação expressa do desejo de resolução do conflito envolvendo a questão da energia no município. Uma comissão composta por vereadores, prefeito municipal, representantes da associação comercial e industrial e advogados dirigiram-se ao palácio dos bandeiras, e os resto da história, já conhecemos.

Considerações Finais

Como parte dos sócios fundadores da EFLP já atuavam na política local, no momento da transição da CPFL para o capital privado internacional, estes conheciam as limitações envolvendo uma re-negociação do contrato com a CPFL sem a quitação de débitos anteriores. Criar uma empresa para fornecimento de energia ao município, tanto atenderia suas demandas enquanto empresários, como lhes forneceria retornos crescentes do ponto de vista político, pois o contrato de 20 anos os tornou atores presentes na política local ao longo do período. Como o contrato firmado não previa a exclusividade da EFLP no fornecimento de energia, isso pode tanto representar o impasse político envolvendo a oposição na assinatura do contrato, como a consciência dos empresários de que em longo prazo não poderiam atender o crescimento da demanda. Assim, a não existência da cláusula de exclusividade foi o fator que permitiu a co-existência da EFLP e CPFL, além de outras prestadoras de menor escopo que atendiam bairros distantes pertencentes ao município. Se

inicialmente a coesão do PRP local foi fundamental para assinatura do contrato da prefeitura com a EFLP, o alinhamento de membros do antigo PRP e proprietários da EFLP ao governo Vargas no Estado novo, lhes assegurou acesso a chefia do executivo local, bem como uma baixa resistência à atividade econômica da EFLP. Como o fim da era Vargas e retomada da competição eleitoral, novos atores entraram em cena no jogo político local, estadual e federal. No município estes novos atores ao fazerem oposição aos antigos membros do PRP e proprietários da EFLP, ampliaram o escopo de atuação da CPFL no município ao mesmo tempo em que restringiram a capacidade de atuação da EFLP. Se por um lado a reestruturação do setor promovida pelos governos no âmbito federal e estadual, além da construção da hidrelétrica Álvaro de Souza Lima explica o desinteresse do governo em adquirir a EFLP, a necessidade de um parâmetro jurídico e econômico para indenização dos 149 proprietários rurais com áreas e atividades econômicas atingidas pela UHE Álvaro de Souza Lima aparenta ser mais esclarecedor que a anunciada questão energética no município estudado. Como o contrato da prefeitura com a EFLP já estava vencido e a rede distribuidora de energia elétrica da CESP já chegara até o município, o preenchimento do lago da hidrelétrica Álvaro de Souza Lima em 1968 bem ou mal, encerraria os debates em torno da questão energética local, dado que a CPFL, agora estatal, seria (como o foi) a comercializadora de energia no município. Assim, os valores e formas de pagamento das indenizações aos proprietários cujas atividades econômicas seriam limitadas pelo barramento do rio Tietê aparenta ser realmente uma questão em aberto que afetaria não só os envolvidos no processo de resolução da questão da energia elétrica no município de Pederneiras, mas todos aqueles demais 124 proprietários rurais distribuídos nos outros sete municípios da região.

Referências

- Acordo Político em Pederneiras. A comarca, Pederneiras, 20 fev 1928.
- ALCÂNTARA, F. H. C. Políticas públicas municipais: poderes e poderes. **Revista Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 3, n. 5, p. 24-42, 2010.
- BAENINGER, R.; BASSANEZI, M. S. C. B. Trajetória Demográfica no Estado de São Paulo, na capital e em outros municípios. **Anais**, p. 1-13, 2016.
- CASALECCHI, J. E. O fazendeiro de café como representante da casa comissária: estudo de uma correspondência. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 2009.
- CESTARI, J. **Energia ou Inércia..** Folha de Pederneiras, 10 outubro 1965.
- CESTARI, J. **Problema Agravado.** Folha de Pederneiras, 12 setembro 1965.
- Contrato entre câmara municipal e a empresa de força e luz de Pederneiras Ltda. A comarca, Pederneiras, 06 out.1929, n. 82.
- CORREA, F. R. C. **Os Bancos de Custeio Rural e o crédito agrícola em São Paulo (1906-1914)**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- COSTA, F. N. Origem do capital bancário no Brasil: o caso RUBI. **Textos para discussão**, v. 104, n. 106. IE/UNICAMP, Campinas, 2002.
- COSTA, F. N.; DEOS, S. S. Bancos e crédito no Brasil: 1945-2007. **História e Economia**, p. 249-276, 2012.
- ELEITORAL, Tribunal Superior. Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal realizadas no Brasil a partir de 1945. v. 1. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Dados estatísticos: eleições federais e estaduais realizadas no Brasil em**, v. 2, 1950.
- Energia elétrica brevemente uma realidade. Folha de Pederneiras, 25 julho 1965.
- ERCOLIN, T. M. **Evolução da estrutura de mercado bancário e de crédito do Brasil no período de 2001 a 2007**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 145p.
- <http://www.cich.org/Publicaciones/01/Gobernabilidad-del-Agua-en-ALC-OCDE.pdf>. Acesso em 08/09/2017
- IANNONE, R. A. **Evolução do setor elétrico paulista**. 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 227p.
- KATZ, R. S.; CROTTY, W. J. (Ed.). **Handbook**

- of party politics. Sage, 2006.
- KERBAUY, M.T.M. **A morte dos coronéis: política interiorana e poder local**. São Paulo: FCL Laboratório Editorial, UNESP/Araraquara, 2000.
- LAMARÃO, S. T. N. A energia elétrica como campo de pesquisa historiográfica no Brasil. **América Latina en la Historia Económica**, v. 8, p. 39-49, 1997.
- LAMARÃO, S. T. N. A. Capital privado, poder público e espaço urbano: a disputa pela implantação dos serviços de energia elétrica na cidade do Rio de Janeiro (1905-1915). **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 29, p. 75-96, 2002.
- LAMOUNIER, B. O Brasil autoritário revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. **Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra**, p. 83-134, 1988.
- LAVAREDA, J. A. **A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964)**. IUPERJ, 1999.
- LIMA, R. F.; SOUZA, J. C. Sobre política e economia: poder local e a instituição da concorrência junto aos monopólios naturais-o caso da energia elétrica nos municípios paulistas de Botucatu, Dois Córregos e Pederneiras (1925-1967). **Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v. 3, n. 1, p. 373-391, 2017.
- LIMONGI, F. Fazendo Eleitores e Eleições: Mobilização Política e Democracia no Brasil Pós-Estado Novo. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 58, n. 2, 2015.
- LOUREIRO, F. P. O Plano Trienal no contexto das relações entre Brasil e Estados Unidos (1962-1963). **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 4, p. 671-691, 2013.
- MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.
- MATOS, O. N. Café e ferrovias: **A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. Campinas: Pontes, 1990.
- O caso da Luz. A comarca, Pederneiras, 04 ago 1929.
- O conagraçamento político. A comarca, Pederneiras, 25 mar 1928
- O momento político. A comarca, Pederneiras, 1928
- OCDE (2012), Governabilidad del Agua en América Latina y el Caribe: Un enfoque multinivel, Éditions OCDE.
<http://dx.doi.org/10.1787/9789264079779-es>
- Pederneiras (São Paulo). Lei nº 242/1952. Dispõe sobre o abono.. Prefeitura Municipal de Pederneiras, São Paulo, 03 de dezembro 1952.
- Pederneiras (São Paulo). Lei nº 292/1954. Dispõe sobre o pagamento de título.. Prefeitura Municipal de Pederneiras, São Paulo, 30 de dezembro 1953.
- Pederneiras (São Paulo). Lei nº 335/1954. Dispõe sobre o empréstimo. Prefeitura Municipal de Pederneiras, São Paulo, 22 de dezembro 1954.
- PEROSA, R. Comércio e financiamento na lavoura de café de São Paulo: no início do século. **Revista de Administração de Empresas**, v. 20, n. 1, p. 63-78, 1980.
- REGHINI, J. L. S. **História da energia elétrica em pederneiras**. Documento pessoal. Pederneiras, 1995.
- RESENDE, G. M. Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR): volume 3. 2017.
- REZENDE PINTO, J. M.; ADRIÃO, T. Noções gerais sobre o financiamento da educação no Brasil. **EccoS revista científica**, v. 8, n. 1, 2006.
- RICCI, P.; PORTO ZULINI, J. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 2, 2014.
- RICCI, P.; ZULINI, J. P. Quem ganhou as eleições? A validação dos resultados antes da criação da justiça eleitoral. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 45, p. 91, 2013.
- Santa Rita do Passa Quatro (São Paulo). Projeto de decreto legislativo Nº 006/09. Dispõe sobre a concessão de título de “cidadão honorário”. Câmara Municipal da Estância Climática de Santa Rita do Passa Quatro, São Paulo, 16 outubro 2009.
- SANTOS, W. G. O sistema oligárquico representativo da Primeira República. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 56, n. 1, 2013.
- SOARES, G. A. D. et al. **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Editora Da Fundação Getulio Vargas, p. 09-51, 1994.
- SOARES, G. A. D. **A democracia interrompida**. FGV Editora. p. 84-137, 2001.
- TSE, Brasil Tribunal Superior Eleitoral. Dados estatísticos: eleições municipais realizadas em 1972. 1988.v.10.
- VARGAS, M. C. **O negócio da água: riscos e oportunidades das concessões de saneamento à iniciativa privada: estudos de caso no sudeste brasileiro**. São Paulo: Annablume, 2005.